

A stylized green tree with a central trunk and several branches, each bearing a leaf. The tree is superimposed on a pair of scales of justice, which are also rendered in a light green color. The entire graphic is set against a light yellow background.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
RELATÓRIO DO PLANO 2019-2020

LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ministro Humberto Martins

Presidente

Ministro Jorge Mussi

Vice-Presidente e Corregedora-Geral da Justiça Federal

Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e

Diretora do Centro de Estudos Judiciários

Ministro Villas Bôas Cueva

Ministro Sebastião Alves dos Reis Júnior

Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Desembargador Federal Ítalo Mendes

Desembargador Federal Reis Friede

Desembargador Federal Mairan Maia Júnior

Desembargador Federal Victor Laus

Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho

Membros Efetivos

Ministro Marco Aurélio Bellizze

Ministra Assusete Magalhães

Ministro Sérgio Luiz Kucing

Desembargador Federal Francisco de Assis Betti

Desembargador Federal Messod Azulay

Desembargadora Federal Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

Desembargadora Federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle

Desembargador Federal Lázaro Guimarães

Membros Suplentes

Juiz Federal Eduardo André Brandão de Brito Fernandes - Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil

Dr Luís Cláudio Allemand - Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Subprocurador-Geral da República – Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho – Representante do Ministério Público Federal

Sem direito a voto

Juiz Federal Márcio Luiz Coelho de Freitas

Secretário-Geral

Elaine Nóbrega Borges

Secretaria de Estratégia e Governança

Silvana Conceição Dias Soares

Subsecretaria de Gestão Estratégica

Rogério Rodrigues da Silva

Seção de Planejamento Estratégico

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
METODOLOGIA	5
RESULTADOS	8
META 1 – COMPRAS E CONTRATAÇÕES.....	8
META 2 - LIMPEZA.....	9
META 03 - PAPEL e META 04 - IMPRESSÕES	10
META 05 – IMPRESSÃO OUTSOURCING	12
META 06 – COPOS DESCARTÁVEIS	13
META 07 – ÁGUA ENVASADA.....	14
METAS 08 E 09 – TELEFONIAS FIXA e MÓVEL	16
META 10 – ENERGIA ELÉTRICA.....	18
META 11 – ÁGUA.....	20
META 12 – GERAÇÃO DE RESÍDUOS.....	22
META 13 – VIGILÂNCIA.....	24
META 14 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL.....	26
META 15 – QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	27
META 16 – QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	29
METAS 17 E 18 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	30
META 19 – GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE	31
META 20 – COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	32
CONCLUSÃO	33
QUADRO SÍNTESE METAS.....	35

LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

O presente documento objetiva mostrar os resultados alcançados pelo Conselho da Justiça Federal em suas ações de sustentabilidade entre os anos de 2019 e 2020, tendo como linha de base o ano de 2018. A base legal das ações sustentáveis do órgão está normatizada na Portaria 422 CJF, de 20 de agosto de 2019.

Além dos números em si, a disponibilização desses resultados ratifica-se como importante ferramenta da *accountability* para o órgão. A transversalidade da temática desenvolvida em todos os seus liames e suas implicações permitiu a integração de tecnologias, metodologias e processos de trabalho, como o do teletrabalho em 2020, que maximizaram recursos públicos e, ao mesmo tempo, permitiram um impacto menor das ações do órgão sobre o meio ambiente.

Neste sentido, a sustentabilidade do dia a dia do órgão sempre esteve alinhada aos diplomas legais nacionais, bem como outros acordos de intenção de caráter internacional como a Agenda 2030 da ONU¹. Neste âmbito foram traçadas 20 metas que incluíram vários ODS, bem como todos os parâmetros da Agenda Ambiental da Administração Pública. Foram desenvolvidas ações nos seguintes grupos temáticos: I – Compras e contratações sustentáveis; Energia elétrica, água e esgoto, Telefonia e Gestão de resíduos sólidos; II – Impressão; III – Vigilância e Deslocamento de pessoal; IV – Qualidade de vida; V - Capacitação socioambiental; VI – Governança e Sustentabilidade; VII – Comunicação e Sustentabilidade.

No tocante aos resultados, pode-se afirmar que o cumprimento foi ótimo gerando em torno de 85% das metas. Estes resultados apontam que ainda há alguns temas que precisam de um novo impulso, como o da capacitação socioambiental, mas outros temas podem ser considerados completamente alcançados e até superados, como o do consumo menor de papel. Isso aponta para a maturidade da sustentabilidade no órgão, o que o habilita a assumir novos desafios em áreas que já são uma realidade em outros órgãos, como o da energia solar, ou o do modelo de transporte de pessoal, como o Taxigov.

Os esforços do dia a dia do CJF, resultantes de uma maior conscientização, concomitante às campanhas educativas dos servidores, permitiram alcançar outras metas como a redução do consumo de descartáveis, maior eficiência na gestão de resíduos sólidos e maior comunicação sobre a sustentabilidade pelo órgão. Isto representou uma economia de mais de R\$2,2 milhões ao órgão, tal como demonstrado abaixo

¹ A Agenda 2030 consiste em uma Declaração, em um quadro de resultados - os 17 ODS e suas 169 metas -, em uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, bem como de um roteiro para acompanhamento e revisão. Os ODS são o núcleo da Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030. Os grandes temas dos 17 objetivos são: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria

PLS 2019/2020	DIFERENÇA DE GASTOS ENTRE 2018 e 2020
Gasto com papel	8.846,39
Gasto contrato outsourcing	47.728,09
Gasto com copos descartáveis	10.133,97
Gasto com galão de água	42.872,24
Gasto com telefonia	48.286,87
Gasto com energia elétrica	294.565,45
Gasto com água	-1.687,83*
Gasto com deslocamento de pessoal	1.558.053,83
Gasto com vigilância	274.411,35
TOTAL	2.283.210,36

*Houve, na verdade, um incremento dos gastos com água

Por fim, estes resultados apontam não apenas a conformidade legal das ações, mas um avanço em conjunto de todos do órgão no cumprimento de seu papel institucional legal, mas também como agente ativo de transformação e inovação por meio da busca de um equilíbrio entre aspectos sociais, econômicos e ambientais na atividade pública. O que se espera com isso é a continuidade do engajamento corporativo a fim de reverberar positivamente, com base no conceito de desenvolvimento sustentável, em todas as atividades ofertadas por magistrados, servidores e colaboradores, o que reflete indubitavelmente no papel constitucional deste Conselho da Justiça Federal quanto a excelência de serviços prestados à sociedade.

LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

METODOLOGIA

Em estrito cumprimento ao que foi definido no Plano de Logística Sustentável 2019-2020, os dados ora avaliados têm como base as respostas fornecidas por cada uma das Secretarias responsáveis pelos temas e suas ações.

A tabela abaixo descreve as metas, seus indicadores e ainda seus responsáveis.

TEMA	META	INDICADOR	RESPONSÁVEL
COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	Ter 20% do número de novos contratos em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010 até 2020	Número de novos contratos em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010	Secretaria de Administração
LIMPEZA	Ter 30% de todo o material de limpeza utilizado no CJF classificado como biodegradável até 2020	Itens classificados como biodegradável	Secretaria de Administração
PAPEL	Reduzir os gastos com papel em 20% ao ano até 2020	Custo com papel reciclado e não reciclado	Secretaria de Administração
IMPRESSÃO	Reduzir em 15% o volume de impressão na sede do CJF até 2020	Número total de impressões	Secretaria de Tecnologia da Informação
IMPRESSÃO	Reduzir o gasto em 15% com o contrato de outsourcing de impressão até 2020	Gasto com contrato de outsourcing de impressão	Secretaria de Tecnologia da Informação
COPOS DESCARTÁVEIS	Reduzir em 80 % quantidade utilizada de copos de água – 200 ml e de copos de café	Número de centos de copos de água e de café	Secretaria de Administração
ÁGUA ENVASADA	Reduzir em 20 % quantidade de embalagens retornáveis para água mineral	Número de galões ou garrafas adquiridos	Secretaria de Administração
TELEFONIA FIXA	Reduzir em 10 % o custo total em telefonia fixa	Valor gasto com telefonia fixa	Secretaria de Administração
TELEFONIA MÓVEL	Reduzir em 10 % o custo total em telefonia móvel	Valor gasto com telefonia móvel	Secretaria de Administração
ENERGIA ELÉTRICA	Diminuir em 20% a relação entre consumo total de energia/área total do CJF até 2020	Consumo total de energia	Secretaria de Administração
ÁGUA	Diminuir 10% a relação entre consumo total de água/área total do CJF até 2020	Consumo total de água	Secretaria de Administração

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Ter um Percentual CS maior que 5% até 2020	Volume de plástico e de papel gerado no CJF	Secretaria de Administração
VIGILÂNCIA	Reduzir o custo dos postos contratados de vigilância	Custo do posto de vigilância armada e custo do posto de vigilância desarmada	Assessoria Especial de Segurança Institucional e de Transporte
DESLOCAMENTO DE PESSOAL	Reduzir em 15% o valor do quilômetro rodado pelos veículos do CJF até 2020	Custo dos contratos dos motoristas, custo com manutenção dos veículos, número de carros e distância percorrida pelos veículos, custo de impostos, custo de combustíveis	Assessoria Especial de Segurança Institucional e de Transporte
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Diminuir o afastamento de servidores para tratamento de saúde até 2020	Número total de ocorrências dos três grupos predominantes nos afastamentos de servidores para tratamento da própria saúde e por motivo de acidente em serviço ou doença profissional, por ordem de ocorrência, segundo classificação CID: M - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; J - Doenças do aparelho respiratório; F - Transtornos mentais e comportamentais	Secretaria de Gestão de Pessoas
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Ter a participação de 70% dos servidores do CJF nas ações de QVT até 2020	Participação dos servidores nas ações voltadas para Qualidade de Vida no Trabalho	Secretaria de Gestão de Pessoas
CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	Ter 100% dos gestores de contrato capacitados em Compras e Contratações Sustentáveis até 2020	Número de gestores treinados / número total de gestores de contrato	Secretaria de Gestão de Pessoas
CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	Ter 75% dos servidores e gestores da SAD e SGO que lidam com manutenção predial e recursos naturais (ar, água e energia) treinados até 2020	Número de gestores treinados / número total de gestores de contrato	Secretaria de Gestão de Pessoas

GOVERNANÇ A SUSTENTABI LIDADE	Acompanhar a implantação das ações prioritárias de cada uma das metas do PLS 2019-2020	Percentual de implantação das ações prioritárias de cada meta	Secretaria de Estratégia e Governança
COMUNICAÇ ÃO SUSTENTABI LIDADE	Ter duas notícias por mês sobre sustentabilidade para cada veículo de comunicação até 2020	Número de notícias veiculadas	Assessoria de Comunicação



LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESULTADOS

Importa dizer que, em razão da data de aprovação da Portaria 422 CJF (20 de agosto de 2019), que estabeleceu os parâmetros gerais e as metas estabelecidas do PLS 2019/2020, os valores sugeridos para cada meta tiveram um retardo de um semestre. Ou seja, para 2019, os valores representam 33% da meta total proposta e os outros 66% ficaram para 2020.

META 1 – COMPRAS E CONTRATAÇÕES

META 01 Ter 20% do número de novos contratos em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010 até 2020

Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
	53,57% do total, quando aplicável, de contratos	267,85%	META CUMPRIDA

Como não havia uma avaliação pormenorizada sobre a aplicação dos parâmetros de sustentabilidade aos contratos firmados pelo órgão antes de 2018, não foi possível cotejar adequadamente um parâmetro de base. Todavia, isso não diminuiu o esforço e a preocupação da Secretaria de Administração na observação, a partir de então, em como equalizar as exigências legais, institucionais e administrativas sobre sustentabilidade ao dia a dia do planejamento, da licitação e, principalmente, da execução dos contratos firmados no órgão.

Este esforço permitiu que, ao fim de 2020, mais da metade dos contratos tivessem rigorosamente a observância do principal normativo em vigência sobre sustentabilidade, mas também de várias indicações, e aqui merece destaque, do Manual de Sustentabilidade de Compras e Contratações do CJF. O documento, instituído pela Portaria CJF 323, de 17 de agosto de 2020, foi um grande avanço do órgão em sintetizar para sua realidade, o vasto cabedal normativo da área socioambiental, mas também o de boas práticas já vigentes em outros órgãos públicos. Ademais, facilitou a integração, por parte dos gestores nos Termos de Referência, das exigências legais e também de boas práticas à realidade das compras e contratações do órgão.

Assim, pode-se dizer que no período analisado houve um grande amadurecimento da contratação pública sustentável no órgão, seja pela adoção de um Manual próprio à sua realidade, seja participação maior na área socioambiental do órgão nos certames licitatórios. Estes dois pontos foram fundamentais para a integração ao dia a dia das aquisições do órgão de novos parâmetros de sustentabilidade aplicados às contratações que foram instituídos nestes anos de vigência do PLS 2019-2020, como, por exemplo, o Decreto 10.024/2019.

META 2 - LIMPEZA

META 02 Ter 30% de todo o material de limpeza utilizado no CJF classificado como biodegradável até 2020

Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
	47,20% de todo material de limpeza	157,33%	META CUMPRIDA

Como a meta anterior, não havia um cotejamento adequado sobre quanto de material biodegradável era adquirido pelo órgão, antes de 2018. Assim, o PLS 2019-2020 instituiu como meta que houvesse uma observação mais pormenorizada nas aquisições de produtos biodegradáveis para o órgão. A partir de 2019, a Secretaria de Administração passou a observar como poderia haver um cotejamento equilibrado entre as sugestões de produtos do CATMAT sustentável do Ministério da Economia, a realidade administrativa do órgão e ainda o valor das sugestões para a aquisição de biodegradáveis. Desta forma, com um planejamento adequado foi possível aumentar significativamente o número de aquisições desse tipo de produto.

Importa destacar aqui que em 2018, foram gastos R\$ 39.897, 94 com material de limpeza. Em 2019, o gasto foi de R\$ 77.701,25 e em 2020, o gasto com material de limpeza foi R\$ 54.358,17. Ou seja, houve um incremento em 2019, mas em 2020 voltou a cair o gasto, o que está diretamente ligado à redução das atividades presenciais do órgão durante o segundo trimestre de 2020.

Merecem destaque duas ações realizadas: 1) ampliação da pesquisa de mercado para aquisição de materiais similares de menor custo; 2) aplicação do Manual de Sustentabilidade nas compras e contratos do CJF que contém indicações de produtos biodegradáveis que poderiam ser adquiridos. Essas ações permitiram certo amadurecimento da temática na Administração Pública, tem ocorrido, em razão de uma aceitação melhor desse tipo de produto e, conseqüente, maior disponibilização do mercado produtor, um barateamento do produto biodegradável.

Assim, uma maior aquisição de produtos biodegradáveis passou a ser uma realidade do órgão, o que, tangencialmente pode ter contribuído para uma maior eficiência dos gastos (em sua maioria, os produtos têm preços iguais ou até maiores que os biodegradáveis) e, certamente, para um impacto ambiental menor das atividades do órgão.

META 03 - PAPEL e META 04 - IMPRESSÕES

META 03 Reduzir os gastos com papel em 20% ao ano até 2020			
Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
R\$12.423,83	R\$2875,31	384,28%	META CUMPRIDA
META 04 Reduzir em 15% o volume de impressão na sede do CJF até 2020			
Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
567.910 impressões	193.542 impressões	439,47%	META CUMPRIDA

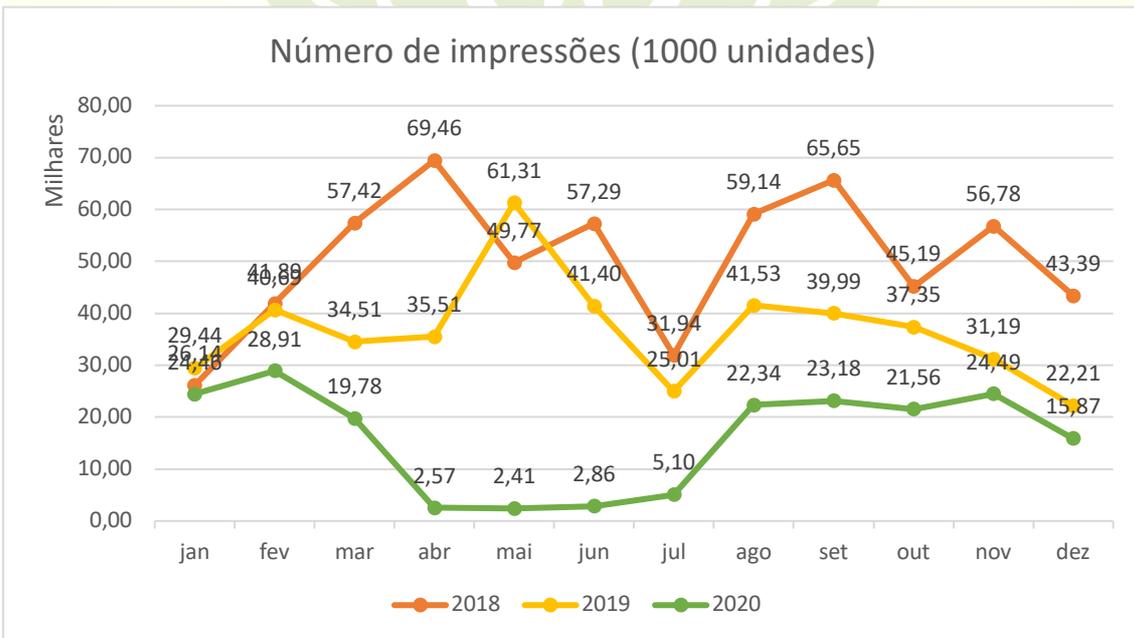
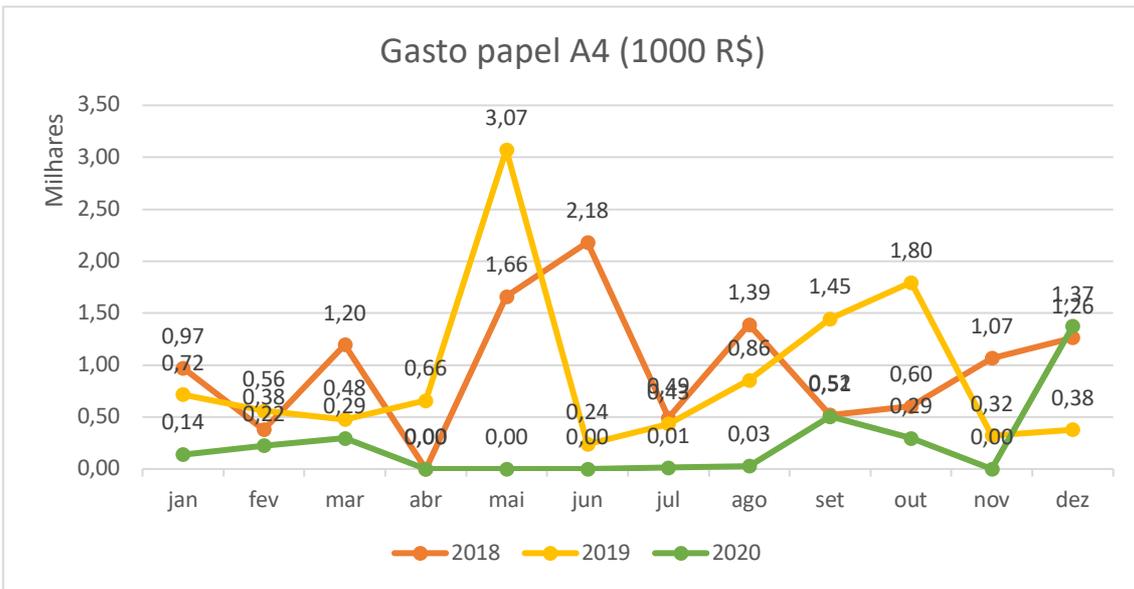
O processo de digitalização da informação, de tendência mundial, permitiu que também que o CJF passasse a ter um gasto menor com papel. A comunicação inter e intra institucional tem sido cada vez mais realizada por meio de ferramentas informatizadas. A ferramenta SEI, por exemplo, permitiu que os processos institucionais não precisassem mais de serem impressos, o que fez com que o papel tivesse um caráter secundário para registro e comunicação no órgão.

Objetivamente o fato de ter menos impressoras (60 impressoras) e uma utilização mais racional das máquinas (com ações como a identificação dos usuários e de suas impressões) fizeram com que o papel fosse cada vez menos usado e, por conseguinte, o número de impressões também fosse reduzido. Em 2018 foram 604.057 impressões; em 2019 foram 440.137 e em 2020 foram 195.542 impressões. Entre 2019 e 2020, em média, a razão entre impressões monocromáticas e coloridas foi de 2,79. Ou seja, é impresso quase 3 vezes mais em preto e branco em relação ao multicolorido.

Por óbvio, o teletrabalho em 2020, realizado em maior parte entre março e julho no órgão, contribuiu muito para os números mostrados nos gráficos abaixo. Cabe observar que, no segundo gráfico, a tendência de subida foi iniciada em agosto de 2020, mas voltou a cair novamente, como no mesmo período dos outros anos.

Embora o gasto com papel A4 tenha diminuído durante o período analisado, bem como o número de impressões, ainda se observa que o número de impressões ainda é grande (uma média mensal de 26.403 impressões - ou 127² kg de papel - entre 2019 e 2020). Esses dados sugerem que, ao menos para o CJF, o consumo de papel e o volume de impressão podem ser considerados como variáveis que ainda podem ser melhoradas e, portanto, a continuar no próximo plano de logística sustentável do órgão.

² 5000 folhas de [papel A4](#) têm o peso de 24kg



CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

META 05 – IMPRESSÃO OUTSOURCING

META 05 Reduzir em 15% o gasto com o contrato de outsourcing até 2020

Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
R\$ 258.277,00	R\$ 210.498,00	123,33%	META CUMPRIDA

Atualmente o Conselho da Justiça Federal tem 60 impressoras (em 2018 eram 62 e em 2019 eram 57) à disposição dos usuários. O tipo mais frequente (30 impressoras) de impressora disponível é a multifuncional laser/led monocromática, com recurso de impressão, cópia e digitalização. O contrato de *outsourcing* conseguiu atingir um valor menor que em 2018. Essa diminuição se deve às ocorrências de abril e de outubro as quais, em razão de uma compensação, o órgão não teve custo com o contrato.

Cabe observar, contudo, que a manutenção do valor do contrato frente à redução de impressão, ainda que tenha havido compensações durante o ano, fez com que o valor de cada impressão subisse de R\$ 0,46 para R\$ 2,24. Este valor pode ser explicado pela substituição por máquinas mais modernas e pelo aumento do custo de energia, porém, será importante que no futuro haja uma revisão mais pormenorizada do contrato para que o custo da impressão acompanhe a tendência de diminuição do volume de impressão.

De maneira geral, pode-se dizer que papel e impressão alcançaram a meta, mas ainda são variáveis que merecerão novas adaptações que demonstrem a sustentabilidade nas tecnologias adotadas pelo órgão e também no comportamento de impressão.

CONTRATO CUSTO (R\$)				CUSTO IMPRESSÃO POR UNIDADE (R\$)			
MÊS	2018	2019	2020	MÊS	2018	2019	2020
jan	21.049,82	21.049,82	21.049,82	jan	0,805303	0,714935	0,860546
fev	21.049,82	21.049,82	21.049,82	fev	0,502526	0,517347	0,728141
mar	21.049,82	21.049,82	21.049,82	mar	0,366619	0,60991	1,064305
abr	13.424,00	0,00	0,00	abr	0,19326	0	0
mai	21.049,82	21.049,82	21.049,82	mai	0,422908	0,343357	8,719892
jun	21.049,82	21.049,82	21.049,82	jun	0,367432	0,508437	7,362651
jul	21.049,82	21.049,82	21.049,82	jul	0,659084	0,841723	4,128225
ago	21.049,82	21.049,82	21.049,82	ago	0,355914	0,506883	0,942375
set	21.049,82	21.049,82	21.049,82	set	0,320637	0,526351	0,908064
out	34.304,09	5.258,00	0,00	out	0,759074	0,140765	0
nov	21.049,82	21.049,82	21.049,82	nov	0,370726	0,674912	0,859387
dez	21.049,82	21.049,82	21.049,82	dez	0,485164	0,947763	1,326056
TOTAL	258.226,29	215.756,20	210.498,20	Média	0,467387	0,527699	2,241637

META 06 – COPOS DESCARTÁVEIS

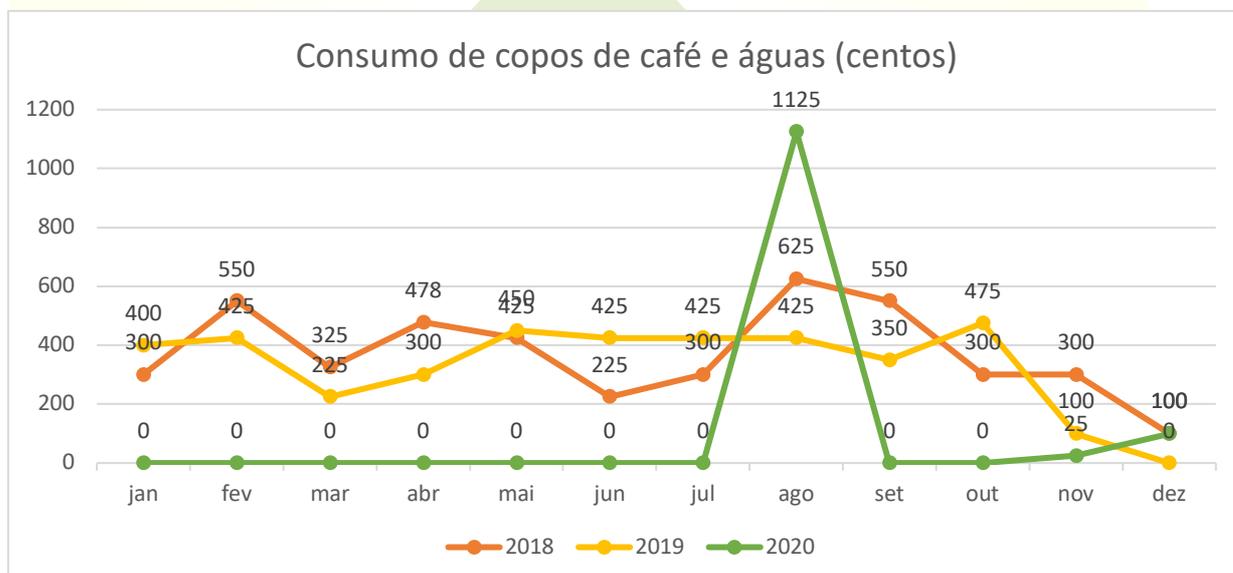
META 06 Reduzir em 80 % quantidade utilizada de copos de água – 200 ml e de copos de café – 50 ml

Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
5.825 centos de água e café	1.250 centos de água e café	98,18%	META NÃO CUMPRIDA

O consumo de copo descartável representa, indiretamente, o consumo de plástico de utilidade muito pequena (13 segundos, [após sair do display](#) e de decomposição de quase 300 anos). Para minimizar o impacto deste material, em 2019, o órgão promoveu três ações muito impactantes: cortou a utilização de copos descartáveis entre os servidores a partir de outubro, cortou o café para os servidores e, em contrapartida, ofertou uma caneca de material biodegradável a todos do órgão. A medida teve impacto muito significativo até julho de 2020, quando houve a necessidade de compra de nova remessa desse material de utilização para os visitantes e participantes de cursos ofertados pelo órgão. Aliás, foi essa nova remessa de 2020 que impediu o cumprimento da meta em questão.

Embora seja um material barato e praticamente todo destinado à reciclagem, ainda é grande seu impacto no meio ambiente. Tomando o parâmetro indicado pelo [INMETRO](#) e a média do órgão de quase 2 copos de café para cada um de água, foram quase 580 kg de plástico em 2018; 520 kg em 2019 e agora foram despejados na natureza, perto de 162 kg de plástico. Ou seja, nesses três anos de mensuração foi perto de 1,2 tonelada de plástico só com copos de café e de água.

Ante o exposto, como importante agente socioambiental, o órgão deverá continuar a minimizar ao máximo a utilização desse material. Várias saídas ao material plástico têm sido produzidas no mercado e já incorporadas por outros órgãos públicos.



META 07 – ÁGUA ENVASADA

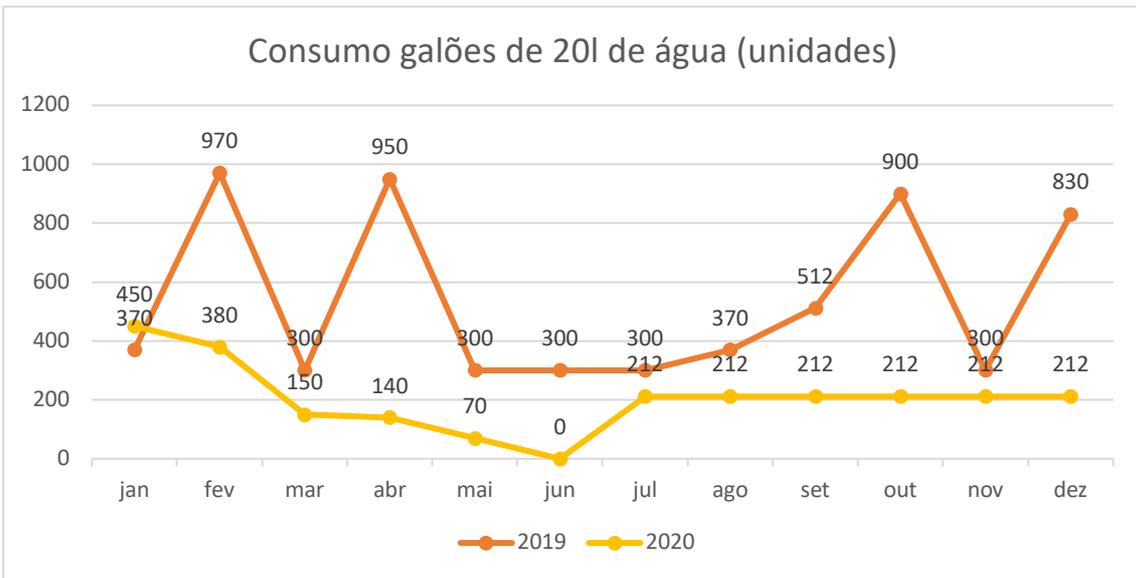
META 07 Reduzir em 20 % quantidade de embalagens retornáveis para água mineral			
Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
5.790 garrações de água	2462 garrações de água	287,39%	META CUMPRIDA

A ideia dessa meta não foi diminuir o consumo de água entre os usuários do órgão, mas incentivar a utilização de filtros que, ao fim e ao cabo, diminui o custo por litro de água consumida. Esta diminuição, por exemplo, já está em prática desde 2017, quando passou a não consumir garrafa plástica de água.

No tocante ao garrafão de água, embora se saiba que seja retornável (ou seja, seu material não é disposto diretamente na natureza como rejeito), há uma depreciação de seu material ao longo do tempo e, por isso, sua disposição final é na natureza ainda que entre no ciclo da reciclagem. Além disto merecem destaque outros aspectos que incrementam o valor do litro desse tipo de insumo para o órgão: força de trabalho de servidores (contrato de compra) e terceirizada (para troca dos galões), armazenamento e transporte deste material. Portanto, observa-se que o galão tem um custo maior que o apenas apresentado pela nota de empenho para a sua compra. Aliás, este valor foi, em 2018, de R\$ 50.012, 00 (para 5.790 galões); em 2019, foi de R\$ 45.936 (para 6.402 galões); e em 2020, o custo total informado foi de R\$ 7.140 (para 2.462 galões).

Portanto, embora a meta tenha sido cumprida com número menor de galões e ainda um custo menor, sabe-se que ainda é possível diminuir o impacto ambiental do órgão neste quesito. Uma boa alternativa é a instalação de filtros de água. Além disso, se observarmos que a água do Distrito Federal é de excelente qualidade, [segundo](#) a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, há um espaço generoso para se pensar na instalação destes filtros no órgão, o que representará economia e impacto ambiental muito menor.

LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

METAS 08 E 09 – TELEFONIAS FIXA e MÓVEL

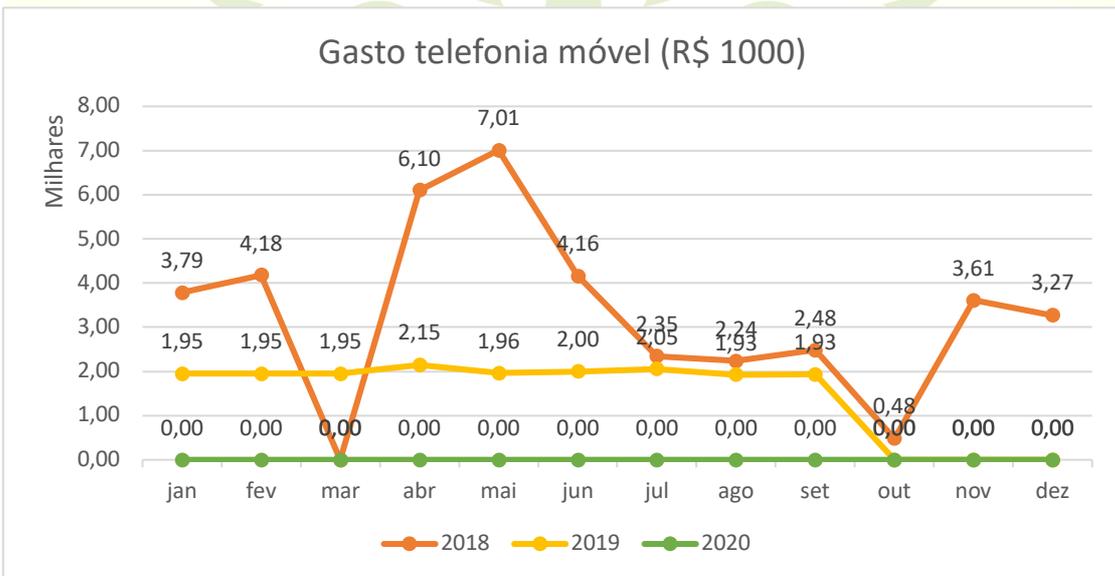
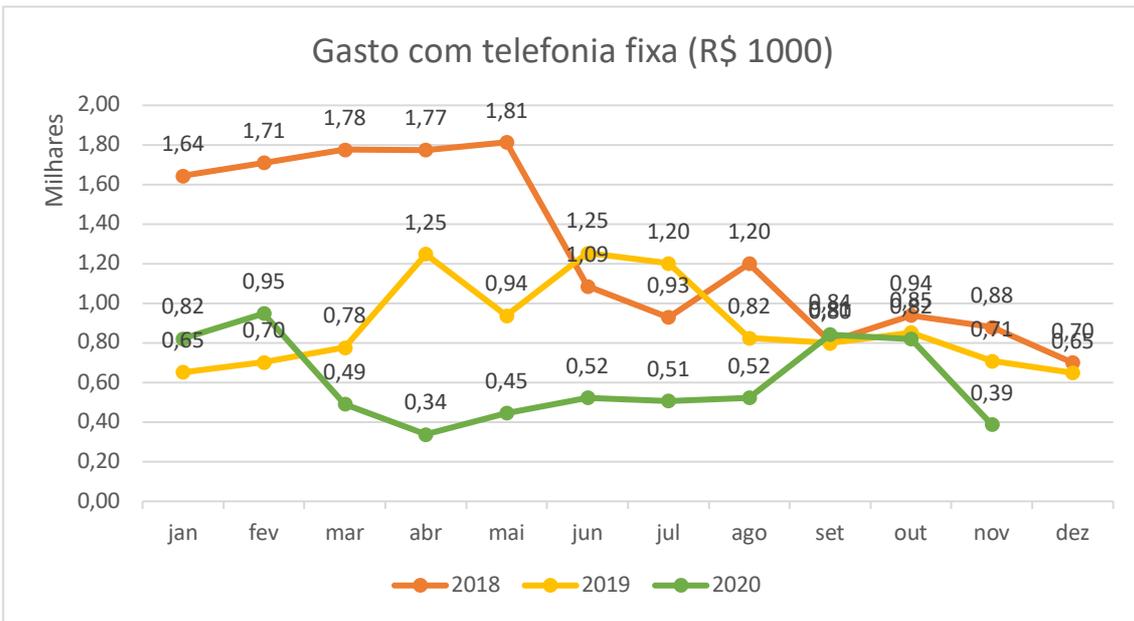
META 08 Reduzir em 10 % o custo total anual em telefonia fixa até 2020			
Valor de linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
R\$ 14.960,00 anual	R\$ 6.648,90 anual	555,55%	META CUMPRIDA
META 09 Reduzir em 10 % o custo total em telefonia móvel até 2020			
Valor de linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
R\$ 23.993,00 anual	R\$ 0 anual	999,63%	META CUMPRIDA

A utilização cada vez maior da comunicação por meio da internet tem feito com que a utilização do telefone via voz seja cada vez menor. A utilização de aplicativos como *Microsoft Teams*, *Whatsapp*, *Telegram* permitiu que a comunicação intra e interinstitucional pudesse ser realizada sem depender exclusivamente do uso do telefone.

Além desse movimento de utilização da *internet*, cabe mencionar que para a telefonia fixa no órgão, a identificação pelo servidor das chamadas feitas de seu ramal e posterior reembolso para aquelas que não tinham relação direta com o serviço realizado foi, bem como restrição para chamada para celular, em grande parte, foram as principais responsáveis por diminuir os custos com telefonia fixa.

No tocante à telefonia móvel, cabe mencionar que o contrato foi suspenso em setembro de 2019 porque, segundo a alta direção, a comunicação entre aqueles que utilizavam o serviço de celular já poderia ser feita pela internet (chamada de voz ou de vídeo) do celular do próprio servidor sem nenhum custo adicional para si, o que representou a obsolescência do serviço móvel ao órgão.

Portanto, com custos cada vez menores com telefonia, fixa ou móvel, pode-se dizer que a variável telefone pode ser considerada um item em que o órgão já tem uma tecnologia com maturidade suficiente de sustentabilidade para representar eficiência dos gastos públicos e impacto socioambiental menor.



CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

META 10 – ENERGIA ELÉTRICA

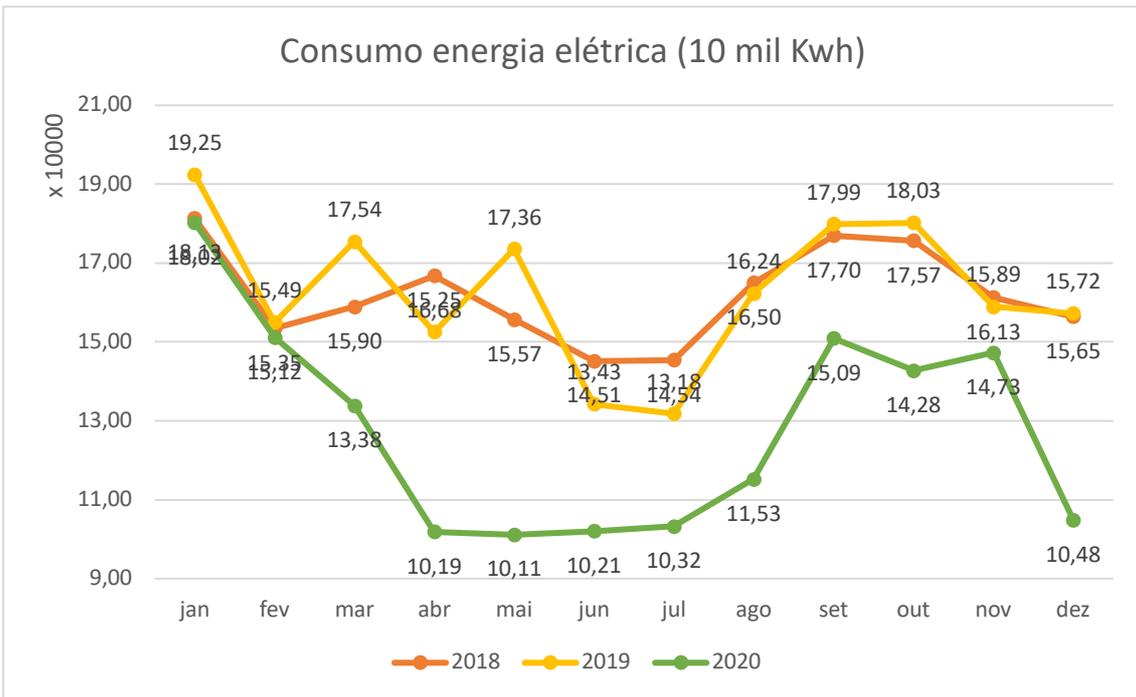
META 10 Diminuir em 20% a relação entre consumo total de energia/área total do CJF até 2020			
Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
1.930.742 kwh Área: 27.587,14 m ²	1.534.617 kwh Área: 27.587,14 m ²	102,58%	META CUMPRIDA

O modo de consumo da energia elétrica tem se diversificado a cada dia pelo Brasil e pelo mundo. Energia eólica, energia solar, energia elétrica comprada por pacotes (como numa bolsa eletrônica), entre outros tipos, tudo isso representa novas oportunidades aos consumidores, institucionais ou não, de aproveitarem a oferta proporcionada pelas novas tecnologias para diminuir o consumo e, principalmente, o custo aí envolvido.

No tocante ao consumo, o gráfico permite observar que, o comportamento de consumo de energia elétrica entre 2018 e 2019 foi praticamente igual (aliás, essa tendência se repetiu até fevereiro de 2020), com uma diferença de consumo anual de apenas 0,3%. Assim, o cumprimento da meta se deveu, em grande parte ao baixo consumo de 2020, por óbvio, atrelado ao trabalho remoto realizado em razão da pandemia. Este último ano, pode-se dizer que representa uma boa linha de base de consumo mínimo para o funcionamento do órgão.

No que se refere ao gasto com energia, cabe mencionar que em 2018, o valor foi de R\$ 1,307 milhão. No ano posterior, este gasto passou para R\$1,427 milhão e em 2020, com o teletrabalho de grande parte dos servidores, o valor foi de R\$ 1,012 milhão. Este último, pode-se dizer que pode representar uma linha de base de consumo mínimo porque certamente é o valor mínimo para o funcionamento do órgão.

Embora tenha cumprido com a meta, a taxa de 2% apenas acima dela pode apontar que ainda há espaço para mudanças no tocante ao consumo de energia elétrica no órgão. Nesta mudança, por exemplo, pode ser observado o número maior de usuários do prédio, sobretudo com os eventos realizados pelo órgão, razão apontada pela área técnica para o alto consumo de energia do órgão. Outras mudanças como do modelo e do tipo de energia consumida, ou ainda averiguações mais pormenorizadas dos itens que mais consomem, como a climatização ou horário de trabalho (entre 18h e 21h a energia custa três vezes mais), podem representar enormes avanços para a sustentabilidade do órgão no tocante a energia elétrica.



LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

META 11 – ÁGUA

META 11 Diminuir 10% a relação entre consumo total de água/área total do CJF até 2020			
Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
4.713 m ³ Área: 27.587,14 m ²	2.173 m ³ Área: 27.587,14 m ²	539,28%	META CUMPRIDA

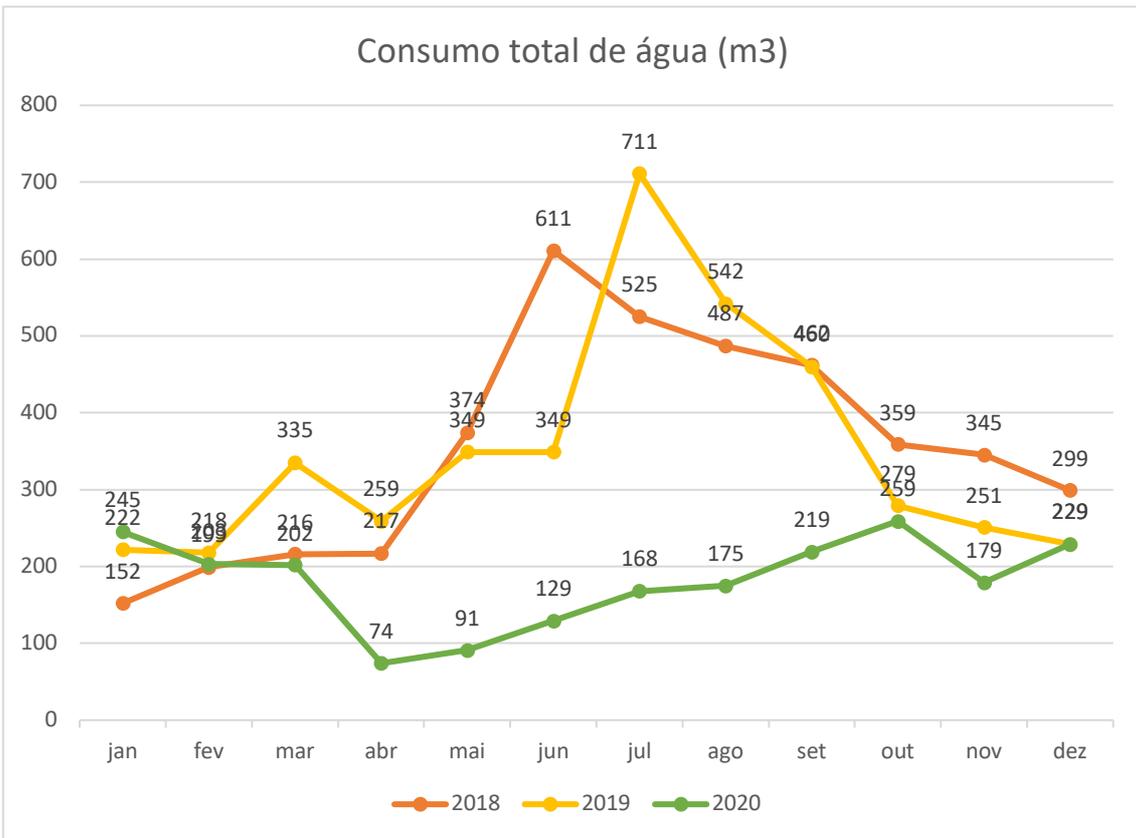
A diminuição do consumo deste insumo representa grande avanço para o impacto ambiental das atividades do órgão. Regionalmente falando é importante que haja um consumo mais eficiente de água porque a região do Centro-Oeste vem a cada ano sofrendo com o desmatamento da flora nativa e, assim, água potável pode se escassear drasticamente em anos futuros.

O gráfico permite afirmar que, tal como a energia, o consumo de água não teve muita diferença entre 2018 e 2019 e que, muito provavelmente, se não fosse o teletrabalho de 2020, a meta não teria sido alcançada. Quanto ao crescimento do consumo a partir de abril de 2020, mesmo com o órgão praticamente todo em home office, vale dizer que isso deveu em essência porque boa parte da água consumida no órgão se destina à rega de seus jardins e com a aproximação da escassez de chuva entre junho e setembro em Brasília, haveria, por certo, um maior consumo de água (o que pode ser verificado na tendência de consumo deste período em 2018 e 2019). Além disso, cabe observar que a limpeza do órgão não foi interrompida no período de teletrabalho, mas em uma frequência menor apenas entre abril e junho, o que permitiu boa economia.

De maneira geral, a principal ação que permitiu o órgão economizar mais água foi a mudança do regime de rega dos jardins e da lavagem dos carros, conforme os relatórios anteriores do PLS permitem afirmar.

Assim, a meta de redução de água ainda representa um aspecto a ser discutido e avançado. Não só porque o consumo parece se manter o mesmo, mas também porque o custo da água, embora baixo, tem aumentado bastante. Para se ter uma ideia, em 2018 o m³ custou ao órgão, em média, R\$ 12,35; em 2019, o mesmo volume custou R\$ 17,92 e em 2020, o m³ teve um custo de R\$ 26, 23. Ou seja, entre 2018 e 2020, o custo por 1000 litros de água mais que dobrou. Este custo se explica porque em razão do aumento de impostos sobre a água, o que reflete sua escassez não só no Centro-Oeste brasileiro, mas também em nível mundial. Não é por coincidência que dois dos dezessete ODS da ONU se referem a este insumo. Portanto, frente às novas tecnologias que permitem um consumo e um custo menor (utilização da água das chuvas, por exemplo), bem como frente ao compromisso do Judiciário com o cumprimento dos ODS da ONU, parece que há um bom espaço para que o órgão avance mais na questão da água.

Ante o exposto, a meta foi cumprida, mas é possível afirmar que ainda há muito a fazer pelo consumo da água. Uma alternativa que reduziria em parte seria a utilização das águas pluviais do órgão. Outras ainda podem ser implementadas a fim de o órgão continue cumprindo seu importante papel de agente socioambiental.



LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

META 12 – GERAÇÃO DE RESÍDUOS

META 12 Ter um Percentual Coleta Seletiva³ maior que 5% até 2020			
Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
Papel: 19.728 kg Plástico: 1.625 kg ICS:	Papel: 5.878 kg Plástico: 327 kg ICS: 72%	1440%	META CUMPRIDA

A presente meta foi proposta para que o órgão avaliasse melhor a variação de seu consumo de papel e de plástico. Este material, há anos já vem sendo destinado, atendendo a preceitos legais, às cooperativas de catadores de material reciclável. Assim, a proposta era que houvesse ao menos uma variação de 5%, mas o expressivo resultado de 1400% se deve em grande parte, mais uma vez, aos efeitos da pandemia e do trabalho em home office. Devido à pandemia, o Governo do Distrito Federal suspendeu a coleta seletiva em março de 2020 com uma retomada gradual a partir de junho até a retomada total em agosto.

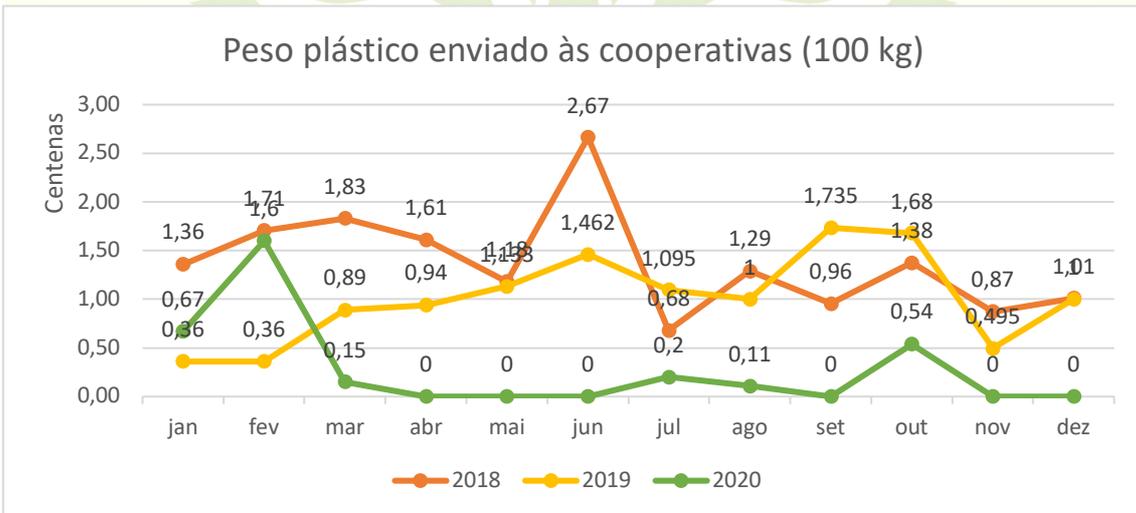
Os dados referenciados nos gráficos permitem afirmar que, embora tenha um impacto negativo para os resultados das cooperativas (menos recicláveis, menores receitas), o volume destinado a elas tem sido menor. O de papel, por exemplo, pode ser explicado pelo volume menor de impressões (meta 05), pelo consumo menor de papel (meta 03), entre outros aspectos. Ou seja, o volume menor de papel permitiu alcançar um Índice de Coleta Seletiva - ICS, bem maior que o esperado. No tocante ao plástico, o consumo menor de descartáveis também pode ter influenciado diretamente no volume menor destinado às cooperativas, como apresentado no gráfico.

Além das ações já comentadas nas metas anteriores sobre consumo menor de papel e de descartáveis plásticos, uma ação que pode ter influenciado de alguma forma foi a retirada das cestas de lixo individuais para os servidores. Cada sala passou, em sua maioria, a ter uma cesta para o lixo orgânico e outra para o lixo seco. Além de maximizar o trabalho dos terceirizados, essa iniciativa pode ter influenciado também no comportamento de consumo e de geração de resíduos nas salas de trabalho.

Ante o exposto, ter cumprido com a meta de coleta seletiva é, na verdade, o empenho do órgão em consumir menos, o que representa grande avanço na questão da sustentabilidade. Consumir menor e menos plástico é despejar menos rejeitos na natureza, ainda que sejam destinados à reciclagem (cujo ciclo não acaba, por óbvio, nas cooperativas). Assim, como dito nas metas sobre papel e consumo de descartáveis, ainda há espaço para avanços a fim de que o órgão possa continuar a ser sustentável nesta área.

³ Percentual Coleta Seletiva é assim calculado:

$$\frac{(\text{Percentual de variação de papel} \times 1) + (\text{Percentual de variação de plástico} \times 9)}{10}$$



LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

META 13 – VIGILÂNCIA

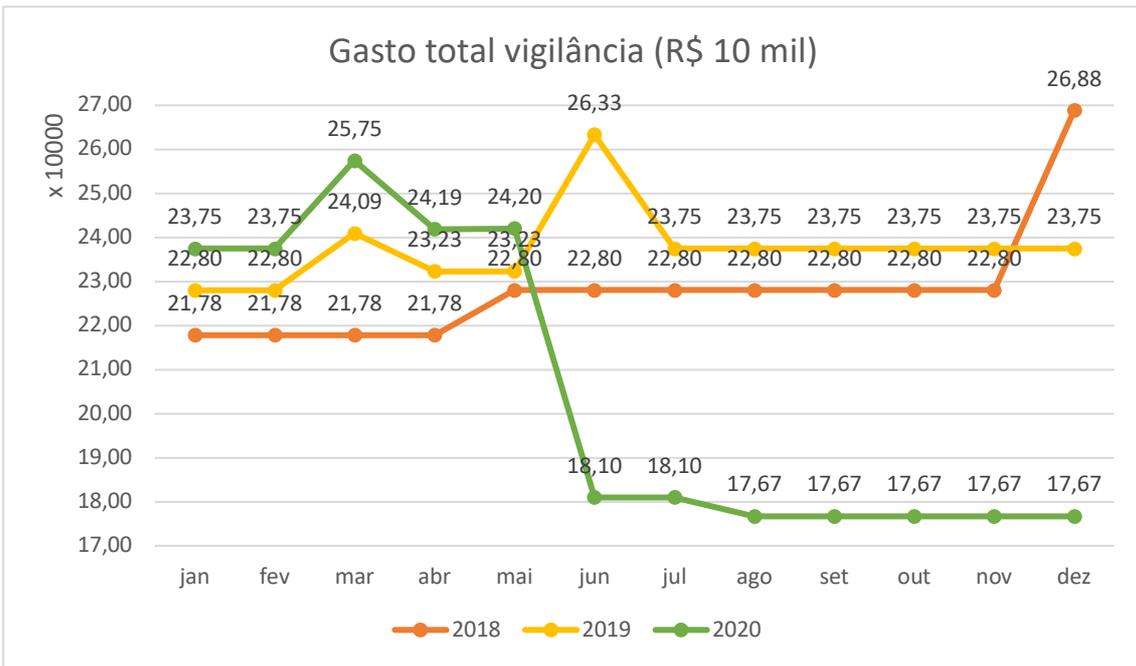
META 13 Reduzir o custo dos postos contratados de vigilância até 2020			
Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
Vigilância armada: R\$ 155.063,00	Vigilância armada: R\$ 80.276,82	SIM	META CUMPRIDA
Vigilância desarmada: R\$ 80.038,99	Vigilância desarmada: R\$ 77.622,48		

O contrato de vigilância tem um reajuste anual devido ao aumento do vencimento dos vigilantes em razão dos acordos coletivos feitos. Assim, por consequência, o contrato vai ficando cada vez mais oneroso, o que pode ser observado no gráfico abaixo (vide valores 2018 e 2019). Para se ter uma ideia, o contrato total em 2018 custou ao órgão R\$2,736 milhões; em 2019, custou R\$ 2,849 milhões e em 2020 houve uma redução para R\$ 2,461 milhões.

Com essa valorização do contrato, a ideia da meta era diminuir o custo por posto, sobretudo com a possibilidade de redução do posto de vigilância armada que, em 2018 custava quase que o dobro do desarmado. Assim, depois de algumas reformulações, devido, sobretudo às restrições orçamentárias, houve mudanças do número de postos. No segundo semestre de 2019, havia 22 postos no total e no segundo de 2020, havia 13 postos no total. Esta diminuição permitiu uma redução anual de gastos de R\$ 388 mil.

Ante o exposto, cabe dizer que os esforços realizados pela Assessoria Especial de Segurança Institucional e Transporte impactou significativamente para o cumprimento da meta, mas além disso significou uma grande economia e com isso, pode-se afirmar, houve uma maior eficiência dos gastos públicos, item que também pode ser considerado como sustentável.

LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

META 14 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL

META 14 Reduzir em 15% o valor do quilômetro rodado pelos veículos do CJF até 2020			
Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
R\$ 12,19 km rodado	R\$ 1,18 km rodado	601,65%	META CUMPRIDA

O deslocamento de pessoal, além de ser uma premissa legal para o PLS (art. 8ª IN MPOG 10/2012), foi uma proposta de otimização dos recursos aplicados no deslocamento de magistrados e servidores. Essa premissa tinha como parâmetro o modelo de deslocamento utilizado por outros vários órgãos chamado de Taxigov. Sob este modelo, o quilômetro rodado estava, à época da elaboração do PLS 2019-2020, perto dos R\$3,00, enquanto o do CJF girava em torno dos R\$ 12,00. Essa diferença, considerando a média de 2015 a 2019 de 136.525 km rodados pela frota oficial, poderia resultar em uma economia de mais R\$ 1 milhão de reais aos cofres públicos.

Com o desafio aceito à época pela Secretaria de Administração e também pela Assessoria Especial de Segurança Institucional e de Transporte em rever os custos com transporte, houve algumas mudanças significativas que permitiram uma redução grande em todos os custos envolvidos no cálculo do valor do quilômetro rodado. Em 2019, houve uma redução de 7% nos custos em relação a 2018. Já em 2020, por suposto, o valor muitíssimo baixo representou uma adequação do movimento administrativo da casa (maioria dos servidores em *home office*) associada à necessidade de adequação orçamentária. Além disso, a revisão dos custos com motorista (contrato rescindido em setembro de 2019) representou uma redução muito significativa para o custo do transporte no órgão.

Ante o exposto, importa ratificar que o cumprimento da meta sobre deslocamento de pessoal está necessariamente associado ao empenho das áreas envolvidas com a atividade. A economia aos cofres públicos e a eficiência e a eficácia maiores da atividade, sem dúvida, foram alcançados. Há, contudo, de se observar que há espaço para integração de novos modelos de transporte de pessoal, já utilizados em outros órgãos, a fim de que o transporte se consolide de vez como mais uma variável em que o CJF está amadurecido no tocante à sustentabilidade.

Item	2018	2019	2020
Custo contrato de motorista	R\$1284129,36	R\$803168,45	R\$ 0
Custo manutenção dos veículos	R\$ 201750,00	R\$ 32189,60	R\$ 0
Custo combustíveis	R\$ 99136	R\$ 36431,61	R\$10049
Custo impostos com os veículos	R\$ 44000	R\$ 14723,04	R\$12995

Quilometragem total	133644 km	77418 km	19534 km
Valor Quilômetro rodado	R\$ 12,19	R\$ 11,45	R\$ 1,18

META 15 – QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

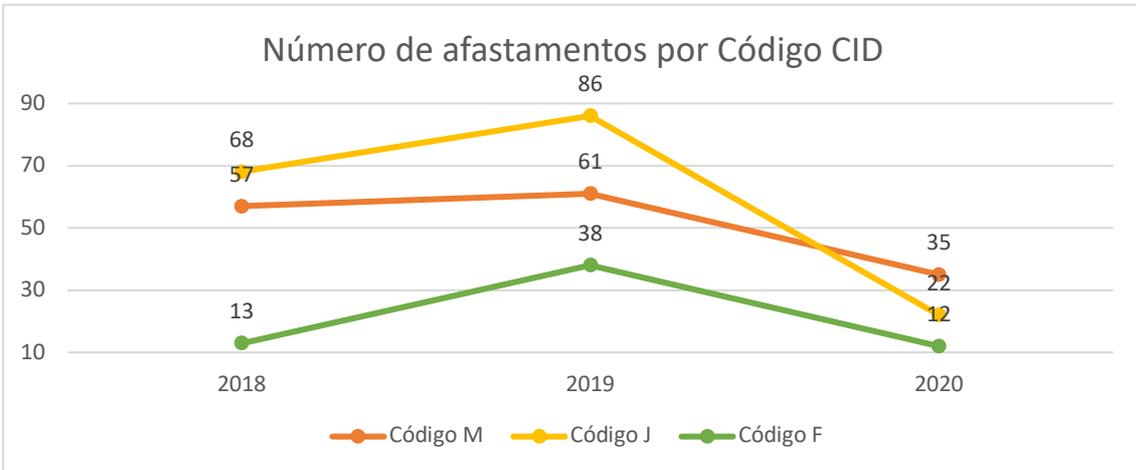
META 15 Diminuir o afastamento de servidores para tratamento de saúde até 2020			
Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
M: 57 J: 68 F: 13	M: 35 J: 22 F: 12	SIM	META CUMPRIDA

A meta proposta de redução dos afastamentos em decorrência de doenças como indicador de qualidade de vida está em consonância com a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. A escolha de quais doenças avaliar teve como base as três mais recorrentes na Justiça Federal, apontadas no primeiro relatório “Saúde de Magistrados e servidores. Resolução CNJ 2017/2015”, publicado em 2017 pelo CNJ. Segundo aquele relatório, os três tipos de doenças mais prevalentes entre 2015 e 2016, na Justiça Federal foram:

- 1) Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo. CID M. As doenças mais recorrentes para esse grupo são: dorsalgia, lesões do ombro, sinovite e tenossinovite.
- 2) Doenças do aparelho respiratório. CID J. As doenças mais recorrentes para esse grupo são: sinusite aguda, resfriado comum e gripe.
- 3) Transtornos mentais e comportamentais. As doenças mais recorrentes para esse grupo são: outros transtornos ansiosos, depressão e reações ao stress grave e transtornos de adaptação.

Diante disso, os números mostraram que houve uma queda acentuada entre 2018 e 2020. A instituição definitiva do Setor de Saúde e Bem-Estar do CJF, ligado à Secretaria de Gestão de Pessoas, foi de grande valia para os servidores e outros usuários do órgão. Ter pronto-atendimento no próprio órgão (o que antes ocorria no STJ), com serviço médico e de enfermagem, e ainda um trabalho preventivo em conjunto com o Setor de Qualidade de Vida tiveram um impacto positivo para os resultados almejados.

Destaca-se aqui a queda maior nos números relacionados às doenças do sistema osteomuscular (Código M). Esta redução deve-se sobretudo, segundo a área responsável, às boas condições de trabalho ofertadas no órgão, sobretudo com um mobiliário moderno e adequado às atividades dos servidores. No que se refere à queda significativa de 2020, os números indicam que podem ter se dado por duas razões: 1) uma menor queixa para o serviço médico do órgão (servidores do CJF também usam serviço médico do STJ) porque o servidor procuraria o serviço médico conveniado mais próximo à sua residência (embora estes números se refiram aos afastamentos homologados no serviço médico do CJF ou do STJ); 2) o teletrabalho também teria efeitos positivos sobre a saúde do trabalhador (ainda que a situação de pandemia não permita grandes inferências a respeito).



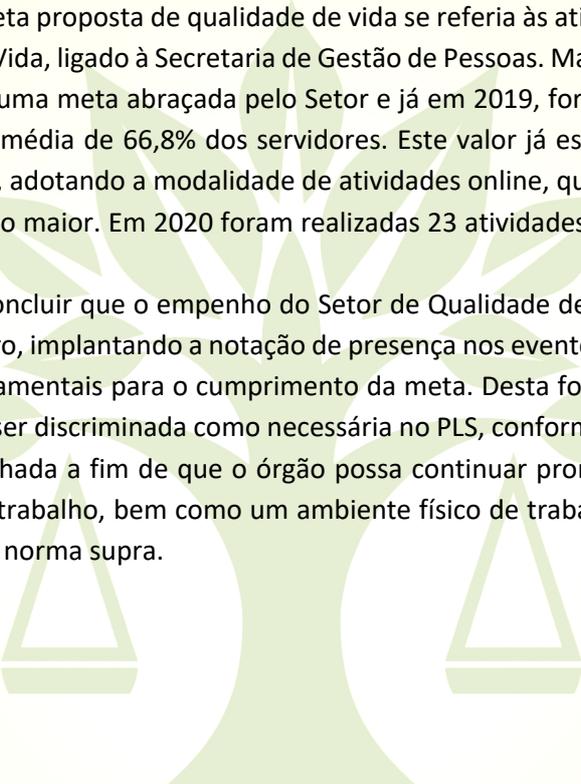
LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

META 16 – QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

META 16 Ter a participação de 70% dos servidores do CJF nas ações de QVT até 2020			
Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
	100%	142,86%	META CUMPRIDA

A outra meta proposta de qualidade de vida se referia às atividades realizadas pelo Setor de Qualidade de Vida, ligado à Secretaria de Gestão de Pessoas. Manter a participação dos servidores em 70% foi uma meta abraçada pelo Setor e já em 2019, foram realizadas 19 ações com uma participação média de 66,8% dos servidores. Este valor já estava muito próximo da meta, mas foi em 2020, adotando a modalidade de atividades online, que o Setor de Qualidade de Vida obteve um êxito maior. Em 2020 foram realizadas 23 atividades com uma participação média de 93,30%.

Pode-se concluir que o empenho do Setor de Qualidade de Vida inovando com as atividades online e, claro, implantando a notação de presença nos eventos presenciais (antes da pandemia) foram fundamentais para o cumprimento da meta. Desta forma, pode-se dizer que essa temática, até por ser discriminada como necessária no PLS, conforme a IN MPOG 10/2012, continuará a ser trabalhada a fim de que o órgão possa continuar promovendo atividades de integração no local de trabalho, bem como um ambiente físico de trabalho seguro e saudável, tal como prescrito pela norma supra.



LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

METAS 17 E 18 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

META 17 Ter 100% dos gestores de contrato capacitados em Compras e Contratações Sustentáveis até 2020

Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
0%	0%	0%	META NÃO CUMPRIDA

META 18 Ter 50% dos servidores e gestores da SAD e SGO que lidam com manutenção predial e recursos naturais (ar, água e energia) treinados até 2020

Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
0%	0%	0%	META NÃO CUMPRIDA

A proposta da meta era a disseminação do tema da sustentabilidade entre os servidores e, principalmente, a capacitação técnica daqueles que tivessem alguma atividade diretamente relacionada ao assunto como compras públicas sustentáveis ou mesmo arquitetura sustentável, por exemplo. Todavia, não houve nenhuma atividade neste sentido, o que resultou no não cumprimento da meta. Este resultado foi também explicado pelas restrições orçamentárias com treinamento de pessoal.

Ante o exposto, cabe dizer que, além de estar abarcado como parte do PLS pela IN MPMO 01/2010 e pela Resolução CNJ 201/2015, a capacitação dos servidores sobre sustentabilidade deverá continuar na temática a ser perseguida. Além disso, com o aumento da importância da temática no Plano Estratégico do Judiciário 2021-2026, a capacitação de pessoal sobre sustentabilidade e ODS 2030 torna-se ainda mais importante. Afinal, não há como dizer em cumprimento de ODS ou mesmo de inovação em ODS se não foram consolidados o conceito e a aplicação da sustentabilidade ao dia a dia do servidor e do próprio CJF.

META 19 – GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

META 19 Acompanhar a implantação das ações prioritárias de cada uma das metas do PLS 2019-2020

Valor linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
0%	100%	100%	META CUMPRIDA

Uma metodologia rigorosa e, ao mesmo tempo, democrática e participativa, permitiu que todas as ações para o cumprimento das metas do PLS fossem se desenvolvendo *pari passu* ao seu monitoramento. Não só a disponibilização dos dados, principalmente a realizada pelo Observatório da Estratégia da Justiça Federal, mas também sua análise, trouxe aos responsáveis o andamento do desenvolvimento das metas.

Para alcançar esses resultados, a SEG desenvolveu algumas ações que tiveram impacto decisivo para o alcance das metas:

1) Avaliação conjunta da SEG e das unidades quanto às dificuldades enfrentadas diante das mudanças de cenário, sobretudo a partir da avaliação do relatório semestral publicado e distribuído para todos os Secretários envolvidos;

2) Revisão contínua de indicadores e desempenho das metas referentes a gastos reais a fim de apresentarem os valores empenhados (e não valores líquidos apresentados nas notas fiscais) de acordo com os registros de apropriação das despesas.

3) Monitoramento dos dados de consumos por meio da ferramenta *Business Intelligence* e disponibilizadas no Observatório da Justiça Federal;

Ante o exposto, observa-se que a proposta de monitoramento do PLS foi atinente ao tempo de reestruturação da área socioambiental do órgão. Todavia, uma meta para a governança pode ser considerada como uma “meta-meta” no sentido do prefixo meta, significando uma reflexão sobre si mesmo. Ademais, este trabalho, embora importante e necessário, já está implícito, conforme as normas da Resolução CNJ 201/2015, às atividades da área socioambiental do órgão. Desta forma, não carece de ser formulada uma meta com esta temática para novas edições do PLS. Ou seja, a área socioambiental continuará realizando o mesmo trabalho, mas seu monitoramento será realizado pelo cumprimento geral das metas, ou ainda pelos responsáveis das metas, ou pelo CGI do órgão e, até mesmo, pela sociedade, quando da avaliação dos dados no Observatório.

META 20 – COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

META 20 Ter duas notícias por mês sobre sustentabilidade para cada veículo de comunicação até 2020

Valor de linha de base - 2018	Valor de referência - 2020	Cumprimento da meta	Resultado
0 notícias	26 notícias	108,33%	META CUMPRIDA

A Assessoria de Comunicação teve um papel muito importante para subsidiar a ratificação da temática de sustentabilidade entre os servidores, terceirizados, estagiários e outros usuários do órgão. Serviu com agente fundamental de integração da sustentabilidade à cultura do CJF. A Assessoria de Comunicação foi muito além de apenas aumentar o número de notícias sobre sustentabilidade, meta do Plano anterior parece uma meta muito pequena para o potencial existente naquela unidade. A sugestão é que haja uma regularidade maior na veiculação de notícias a respeito do tema sustentabilidade e ainda sobre o PLS do Judiciário.

As notícias sobre sustentabilidade em geral ratificaram a ideia de que sustentabilidade não está atrelado exclusivamente a área ambiental, mas também tem uma aplicação nas áreas econômica e social. O viés econômico das notícias veiculadas corroborou para a ratificação da sustentabilidade como ferramenta gerencial estratégica sobretudo no que se referia aos valores financeiros poupados enquanto melhor gerenciamento dos gastos públicos. No tocante à área social, as notícias veiculadas sobre qualidade de vida ou mesmo das ações de inclusão social foram importantes para mostrar que crescer de forma sustentável é, inevitavelmente, assumir o papel de agente social de transformação (normatizada no Portaria CJF 422, de 20 de agosto de 2019).

Várias ações foram realizadas pela Assessoria de Comunicação. No total, em 2019 foram veiculadas 52 notícias sobre sustentabilidade e em 2020, 26 notícias falaram sobre a temática. O número menor de notícias deve-se também ao fato de que a maioria das notícias era veiculada internamente pela intranet, mas também nas televisões espalhadas pelo órgão que veiculam exclusivamente material do CJF. Cabe destacar entre as diversas ações da ASCOM, o filme sobre a temática da sustentabilidade que, aliás, abre o canal do órgão no Youtube. O filme institucional produzido pela área em 2019, disponível no seguinte [link](#).

Ante o exposto, pode-se dizer que boa parte da ratificação da sustentabilidade entre os servidores também é resultado do trabalho da comunicação. Para o próximo ciclo de avaliação, a meta sobre comunicação e sustentabilidade deverá continuar presente, sobretudo, porque sem ela a cultura sustentável pode não ser adequadamente ratificada no órgão.

Número de matérias veiculadas	2019	2020
1º semestre	31	20
2º semestre	21	6
TOTAL	52	26

CONCLUSÃO

O Plano de Logística Sustentável tem como propósito corroborar para diminuir o consumo, para racionalizar gastos e, por meio da introdução de novos processos e novas tecnologias, aumentar a eficiência das atividades e dos serviços prestados pelo órgão. Destarte, a promoção de uma logística mais sustentável do Conselho da Justiça Federal permite, nos termos da lei, o atendimento das necessidades de uma justiça mais excelente, trazendo benefícios concomitantemente à sociedade, à economia e ao meio ambiente.

A proposta do PLS em 2019-2020, tendo como base o forte movimento interno de sustentabilidade do Poder Judiciário, possibilitou um avanço conceitual do tema às ações do dia a dia do órgão. Esse incremento tornou, em contrapartida, mais complexas algumas atividades desenvolvidas, mas também permitiu dizer o que era ou não sustentável de maneira mais precisa. Assim, os avanços passaram a ter um caráter não apenas ambiental, mas transversal a vários outros processos de trabalho, como os de compras, os de segurança institucional, os de qualidade de vida no trabalho, entre outros.

O cumprimento de 85% das metas aponta para uma clara sinergia entre todas as unidades do Conselho em perseguir, não apenas em razão de determinação legal, mas também da vontade de cumprir seu papel como agente socioambiental de transformação. Este caminho de 2019 a 2020, não houve qualquer ação de capacitação socioambiental ou mesmo de economia de descartáveis, mas foi um tempo de muita aprendizagem, de adaptação de todos os servidores e colaboradores ao descobrirem novas oportunidades e até mais sustentáveis através trabalho remoto. A passagem destes dois anos foi marcada inevitavelmente pelos riscos à biossegurança com a pandemia de COVID-19, mas que, em contraste, houve redução do registro de algumas doenças. Vários fatos se sucederam, mas o órgão foi fiel ao cumprimento dos compromissos assumidos com a Portaria CJF 422, de 20 de agosto de 2019. Os números e os resultados são prova disso.

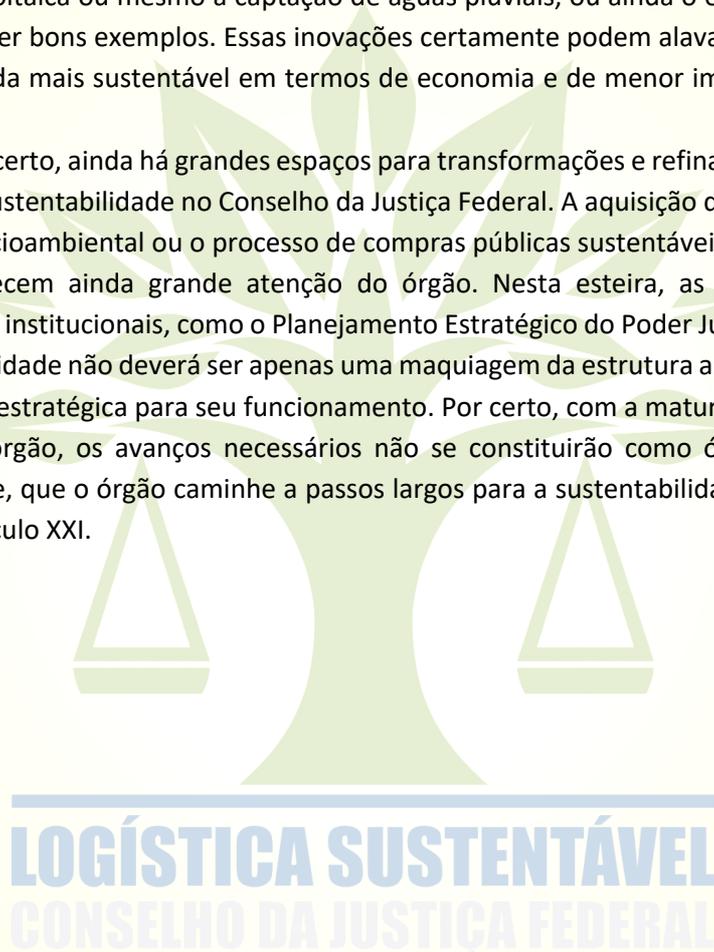
Este tempo de reduções, avanços e transformações permitiu ao órgão, nas variáveis analisadas no PLS, deixar de gastar mais de R\$ 2,2 milhões. Boa parte desta poupança de recursos se refere ao deslocamento de pessoal que, a partir de uma adequação orçamentária de gastos, passou a realizar a mesma atividade com mais eficiência. Nesta esteira, se imaginarmos que essas mesmas variáveis, no relatório anual do PLS de 2019, acusaram uma economia de perto de R\$ 600 mil, pode-se dizer que, em 2020, a economia foi 2,66 vezes maior. Como mencionado neste relatório, como explicação das várias unidades para os resultados alcançados, o modelo de trabalho *home office* adotado durante a pandemia teve um papel fundamental, embora tangencialmente, seja também possível atribuir esses resultados também às restrições orçamentárias da Emenda Constitucional n. 95, de 15/12/2016.

Outra variável de destaque nestes dois anos de PLS foi a economia nos gastos com energia elétrica a qual representou uma consequência direta e inequívoca do modelo de trabalho *home office* adotado durante a pandemia. Menos pessoas usando o prédio, menos energia elétrica consumida. Cabe destacar também que o incremento do custo com água pode ser um problema para o futuro. Isso porque é reflexo de um conjunto de variáveis externas ao

órgão como o aumento dos impostos sobre este insumo, mas também de alterações climáticas sob as bacias hidrográficas do Centro-Oeste. Ante o exposto, pode-se afirmar que, de todos os ganhos com o PLS 2019/2020, inevitavelmente, quem mais ganhou foi o jurisdicionado atendido pela Justiça Federal, a qual fez mais com muito menos. Isso também é sustentabilidade.

Embora exista séria restrição orçamentária, este cenário traz oportunidade para inovação, eficiência e eficácia para várias ações compartilhadas do órgão. Faz-se necessário que para o futuro haja uma integração ainda maior de tecnologias já utilizadas em órgãos públicos e ainda de integrar cada vez à gestão das pessoas uma cultura mais sustentável. Aplicações, já ratificadas por várias unidades da Justiça Federal, por exemplo, como a implantação da geração de energia fotovoltaica ou mesmo a captação de águas pluviais, ou ainda o estímulo ao uso de escadas podem ser bons exemplos. Essas inovações certamente podem alavancar o órgão para um contexto ainda mais sustentável em termos de economia e de menor impacto sob o meio ambiente.

Por certo, ainda há grandes espaços para transformações e refinamentos das ações e propostas de sustentabilidade no Conselho da Justiça Federal. A aquisição de energia elétrica, a capacitação socioambiental ou o processo de compras públicas sustentáveis são exemplos de temas que merecem ainda grande atenção do órgão. Nesta esteira, as modificações dos preceitos legais e institucionais, como o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, apontam que a sustentabilidade não deverá ser apenas uma maquiagem da estrutura administrativa, mas uma ferramenta estratégica para seu funcionamento. Por certo, com a maturidade da temática já presente no órgão, os avanços necessários não se constituirão como óbices permitindo, indubitavelmente, que o órgão caminhe a passos largos para a sustentabilidade administrativa necessária do século XXI.



LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

QUADRO SÍNTESE METAS

META	DESCRIÇÃO	LINHA DE BASE 2018	Previsto 2020	Atingido 2020	PERCENTUAL PLS 2019/2020	ATINGIU A META?
meta 1 contratações (percentual)	Ter 20% do número de novos contratos em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010 até 2020	0,00	20,00	53,57	267,85	SIM
meta 2 limpeza material (percentual)	Ter 30% de todo o material de limpeza utilizado no CJF classificado como biodegradável até 2020	0,00	30	47,20	157,33	SIM
meta3 gasto papel a4	Reduzir os gastos com papel em 20% ao ano até 2020	12.423,83	9.939,05	2.875,31	384,28	SIM
meta 4 impressões (unidades)	Reduzir em 15% o volume de impressão na sede do CJF até 2020	567.910,00	482.723,00	193.542,00	439,47	SIM
meta 5 outsourcing (gasto)	Reduzir o gasto em 15% com o contrato de outsourcing de impressão até 2020	258.277,00	219.535,45	210.498,20	123,33	SIM
meta 6 copos descartáveis (centos)	Reduzir em 80 % quantidade utilizada de copos de água – 200 ml e de copos de café	5.825	1165	1.250	98,18	NÃO
meta 7 garrafas de água (unidades)	Reduzir em 20 % quantidade de embalagens retornáveis para água mineral	5.790	4632	2.462	287,39	SIM
meta 8 telefonia fixa (gasto)	Reduzir em 10 % o custo total em telefonia fixa	14.960,00	13464	6.648,90	555,55	SIM
meta 9 telefonia móvel (gasto)	Reduzir em 10 % o custo total em telefonia móvel	23.993,22	21593	0,00	999,63	SIM
meta 10 consumo energia (kwh)	Diminuir em 20% a relação entre consumo total de energia/área total do CJF até 2020	1.930.742,00	1.544.593	1.534.617,00	102,58	SIM
meta 11 consumo água (m³)	Diminuir 10% a relação entre consumo total de água/área total do CJF até 2020	4.713,00	4242	2.173,00	539,28	SIM
meta 12 coleta seletiva	Ter um Percentual CS maior que 5% até 2020	0	5	72	1440,04	SIM
meta 13.1 vigilância		155.063,00		80.276,82	SIM	SIM

armada (gasto médio)	Reduzir o custo dos postos contratados de vigilância					
meta 13.2 vigilância desarmada (gasto médio)		80.038,99		77.622,48		
meta 14 valor km (gasto)	Reduzir em 15% o valor do quilômetro rodado pelos veículos do CJF até 2020	12,19	10,36	1,18	601,65	SIM
meta 15.1 saúde no trabalho M (unidades)	Diminuir o afastamento de servidores para tratamento de saúde até 2020	57,00	55	35,00	1100,00	SIM
meta 15.2 saúde no trabalho J (unidades)		68,00	66	22,00	2300,00	SIM
meta 15.3 saúde no trabalho F (unidades)		13,00	11	12,00	50,00	NÃO
meta 16 QVT (percentual)	Ter a participação de 70% dos servidores do CJF nas ações de QVT até 2020	0,00	70	100,00	142,86	SIM
meta 17 capacitação socioambiental (unidades)	Ter 100% dos gestores de contrato capacitados em Compras e Contratações Sustentáveis até 2020	0,00	23	0,00	0,00	NÃO
meta 18 capacitação socioambiental (unidades)	Ter 75% dos servidores e gestores da SAD e SGO que lidam com manutenção predial e recursos naturais (ar, água e energia) treinados até 2020	0,00	6		0,00	NÃO
meta 19 governança (percentual)	Acompanhar a implantação das ações prioritárias de cada uma das metas do PLS 2019-2020	0,00	100	100,00	100,00	SIM
meta 20 comunicação e sustentabilidade (unidades)	Ter duas notícias por mês sobre sustentabilidade para cada veículo de comunicação até 2020	0,00	24	26,00	108,33	SIM